



II CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM CAICÓ/RN: levantamento das ações realizadas pelo poder público municipal na construção de uma educação mais consciente

Marluce Silvino

Docente na Universidade Estadual da Paraíba

marluce_silvino@yahoo.com.br

Djanni Martinho dos Santos Sobrinho

Docente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte

djannigeo@yahoo.com.br

Resumo: O trabalho em tela discute a importância de a Educação Ambiental ser disponibilizada para os indivíduos apontando de que modo poder público tem contribuído para tal ação. A pesquisa se desenvolveu na cidade de Caicó onde observamos que mesmo com instituições que abordam a temática, a solidificação de uma educação justa e igualitária que oriente o respeito para com o meio ambiente ainda é incipiente. Finalizamos evidenciando algumas atividades desenvolvidas pelo poder público local e indicamos possíveis ações para consolidação da Educação Ambiental na cidade.

Palavras-chave: Educação Ambiental, Poder público, Caicó.

INTRODUÇÃO

A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.

Nelson Mandela.

O homem vem há muito tempo se utilizando da natureza para atender as suas necessidades. É dessa relação que surge o conhecimento, sendo que é por meio da capacidade de refletir e raciocinar que nos diferenciamos dos demais animais existentes no planeta. Sem essa capacidade de conhecer estaríamos submetido as leis da natureza.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O conhecimento segundo Rodrigues (2008, p. 10), seria “a relação entre o sujeito e o objeto a ser explorado”. O autor aponta nesse texto que a busca pelo saber sempre acompanhou a história a evolução humana, porém em diferentes contextos. A importância do conhecimento se dá pela necessidade de evolução natural pela qual as sociedades passaram desde os primórdios. De modo que podemos observar como com o decorrer do desenvolvimento antropológico nos apropriamos da natureza por meio do trabalho, usurpando suas reservas em prol do avanço socioeconômico.

Chegamos a um momento em que a natureza já não é mais natural e sim artificializada, pois foi humanizada e isso tem acarretado algumas consequências por vezes catastróficas.

O aquecimento global, mudanças climáticas, poluição do ar, recursos naturais vistos como finitos, são alguns dos conceitos e expressões de que os estudiosos do assunto, a mídia e os meios acadêmicos se utilizam para denunciar que a ação do homem sobre o Meio Ambiente esta transformando nosso Planeta em um local inóspito, perigoso para a vida de um modo geral.

Esse processo de degradação do meio ambiente vem se acelerando ao longo dos séculos. Porém, principalmente neste século XXI que vivenciamos, percebe-se que é crescente essa realidade, tomando proporções assustadoras, haja vista as inúmeras catástrofes naturais que vem ocorrendo nestes últimos anos. Essa realidade exige, por parte de todos nós, uma tomada de consciência que leve a uma postura de respeito, e de preservação do mundo em que vivemos.

Em meio a tudo isso, observa-se que a preocupação com a degradação do planeta ocupa a atenção da sociedade numa esfera local/global e a escola, enquanto espaço de geração e difusão do conhecimento, precisa se engajar na busca de soluções para preservar o meio ambiente, tendo claro que a educação ambiental é muito mais do que conscientizar sobre a problemática do lixo, reciclagem e datas comemorativas (como dia do Meio Ambiente, por exemplo), mas também é trabalhar situações que possibilitem a comunidade pensar propostas de intervenção na realidade que a rodeia, calcadas na valorização da vida e, portanto, do respeito para com a natureza.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

E, todos nós sabemos que crianças e adolescentes, quando bem orientados com mais sensibilidade desenvolvem o respeito e amor pela natureza. Disso surge a importância de a escola incluir e desenvolver durante todo o ano letivo ações voltadas ao desenvolvimento da educação ambiental.

No entanto, cabe aqui ressaltar que não é por falta de conhecimento que o meio ambiente é degradado, e sim pelo estágio de desenvolvimento existente nas relações que o homem estabelece com a natureza, ao desmatar, queimar, poluir, desperdiçar os recursos naturais dentre outros fatores. Ao ter essa atitude a humanidade toma para si a responsabilidade dos problemas ambientais.

Isso equivale dizer que não basta nos contentarmos que os alunos tirem boas notas e continuem jogando lixo na rua, desperdiçando água e energia elétrica, etc. Urge a necessidade de conciliar teoria e prática no cotidiano escolar, assegurando que esses alunos desenvolvam conhecimentos que possam levar a mudança e atitude perante a natureza.

Evidentemente, esta temática deve ser trabalhada em todos os níveis e todos os espaços, dentro e fora da escola. Sendo assim, como professores e educadores que somos, precisamos capacitar nossos alunos e a comunidade em geral para que possam fazer a devida leitura do mundo a sua volta e, juntos conscientes e organizados colaborar na construção de um meio ambiente saudável, de uma sociedade ambientalmente mais justa, sustentável e com igualdade social.

Nessa construção o principal agente financiador da educação ambiental deve ser o poder público, que deve assegurar aquilo que por lei é garantido a todos os indivíduos deste nosso Brasil: uma educação justa e igualitária que respeite as diferenças entre os seres humanos e também que preserve o meio ambiente.

No entanto, muitas vezes essa realidade não se concretiza, é o que em parte observamos no município de Caicó/RN, onde existe um curso de Geografia nas modalidades Licenciatura/Bacharelado, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e uma Especialização em Educação Ambiental e Geografia do Semiárido pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Mesmo com essas autarquias percebemos que a Educação Ambiental na cidade, promovida pelo poder público é muito tímida. Acreditamos que com fontes de conhecimentos ambientais pelos cursos que estão presentes na cidade, a conscientização na urbe deveria ser mais intensa, uma vez que, mesmo em tempos de seca rigorosa a poluição e desperdício de água são constantemente visualizados.

Esse trabalho então aborda como o poder público tem contribuído para garantir a efetivação da educação ambiental em Caicó, apontando possíveis formas que amenizem as carências observadas no que se refere ao conhecimento ambiental pelos caicoenses, analisando a abrangência das ações governamentais voltadas para a Educação Ambiental desenvolvidas na urbe.

Para a realização deste trabalho foi necessária à utilização de um embasamento teórico e metodológico que teve como principal abordagem o método da dialética, uma vez que, observamos que os conceitos abordados a partir dessa visão filosófica se volta para compreender que os fenômenos estudados apresentam uma dinâmica própria e que os mesmos não podem ser compreendidos sem a observação.

Compreendemos assim que este seria o melhor método a ser explorado, já que, estamos nos propondo a compreender como o homem se relaciona com a natureza a partir de duas vertentes: a primeira se refere ao modo como a sociedade observa e analisa sua própria relação com os recursos naturais, e a segunda por meio da efetivação por parte do poder público de ações que coloquem a relação com a natureza dentro da educação regular.

Buscamos ainda autores como Mendonça (2006), Jacob (2009) e Sanches (2006), dentre outros. Essas referências substanciam nossa discussão sobre a importância da educação ambiental modo geral e nossa tarefa será articular essas discussões com a ocorrência do mesmo fenômeno na cidade de Caicó, Rio Grande do Norte.

Ainda realizamos pesquisa de campo, com entrevistas (poder público municipal) no mês de julho do corrente ano. A importância da pesquisa em fontes primárias e secundárias se dá a medida que se por um lado os autores nos dão suporte para



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

compreender de que modo a educação ambiental se especializa em Caicó, as fontes secundárias nos mostram de fato *in loco* como isso ocorre.

APONTAMENTOS TEÓRICOS ACERCA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Atualmente se percebe que os recursos naturais estão cada vez mais, submissos as necessidades da sociedade que, por sua vez, já não tem limites para com o modo de exploração do meio ambiente e o resultado é a depredação visível em quase todos os lugares onde o homem tocou a terra. A degradação ambiental, que segundo Sanches (2006, p.27), pode ser “qualquer alteração que gera impacto negativo no meio ambiente” se torna cada vez mais cotidiana.

Muitos foram os efeitos revelados pelo uso inadequado do solo, da água e o ar, dentre os quais podemos citar a doença de Minamata, que surgiu em decorrência do intenso processo de industrialização vivido pelo Japão, no final década de 1950. Também os acidentes causados por derramamento de petróleo em 1960, na Inglaterra e o mais grave no Alasca em 1989 quando o navio Exxon Valdez se chocou com um rochedo, e segundo Cunha e Guerra (2007, p. 30): “deixou vazar 40 milhões de litros de petróleo, atingindo uma área de 250 Km²”. E, não podemos esquecer o caso de Chernobyl na antiga União Soviética, em abriu de 1986, onde o acidente em uma usina nuclear matou cerca de 100 pessoas e muitas outras centenas sofrem, até hoje, com os efeitos dessa catástrofe.

Todos esses eventos lamentáveis ocorreram porque esses países tinham como objetivo um crescimento econômico a todo custo. Sobre isto Cunha e Guerra (2007, p.30) afirma o seguinte: “a maioria das pessoas no final dos anos 50, relacionavam fumaça e lixo com progresso, prosperidade e geração de empregos”. Mas quando a natureza passou a responder e os efeitos atingiram os indivíduos, então surgiu a necessidade de se refletir sobre a real situação na qual o planeta se encontrava: as florestas desmatadas, os rios assoreados e camada de ozônio deteriorada. Nessa perspectiva, diversos movimentos surgiram como tentativa de reverter esse quadro.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Dentre esses movimentos destacamos algumas conferências e reuniões, que aconteceram visando à discussão de uma política ambiental e o reconhecimento da importância de discutir o assunto de maneira global, pois todas as nações, de uma maneira ou de outra, encontravam-se envolvidas nessa situação. Podemos citar neste contexto de acordo com Dib- Ferreira (2003) a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no ano de 1972, em Estocolmo, que resultou na criação de diversos programas e comissões, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e também a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente (CMMAD).

A partir desse evento o assunto meio ambiente entrou de fato na agenda e nas discussões da Organização das Nações Unidas (ONU) e se percebeu que a mudança em relação a forma como os recursos naturais estavam sendo utilizados só poderia ocorrer se a mudança atingisse todas as esferas da sociedade, desde as empresas, o Estado até as pessoas individualmente. Dentro deste contexto, ficou clara a necessidade de uma mudança no comportamento das pessoas, promovendo um desenvolvimento pautado na sustentabilidade, uma vez que, o homem não vive sem a natureza, ele precisa dela até para respirar. Assim, a Educação Ambiental se mostrou como a única saída para essa mudança de comportamento.

Após esta conferência aconteceu, em 1975, o I Seminário Internacional sobre Educação Ambiental em Belgrado onde foram evidenciadas metas e objetivos a serem cumpridos e se determinou, por exemplo, que a Educação Ambiental deve ser contínua, multidisciplinar e integrada dentro das diferenças regionais, entre outras características (GUIMARÃES, 1995, p.17-18). Já em 1977, é realizada a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, onde foram definidos os objetivos para a Educação Ambiental. Em Moscou, ocorreu no ano de 1987, a Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental, em que se evidenciou a necessidade de trabalhar a Educação Ambiental em todos os níveis educativos de ensino.



O Brasil que foi como aponta Cunha e Guerra (2007, p.36), “o líder da aliança dos países periféricos” na conferência de Estocolmo realizou, a conferência conhecida como RIO/92 ou ECO/92, (Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento), que reuniu pessoas representando instituições de mais de 170 países, em que essas nações assinaram acordos para a construção de um planeta ecologicamente equilibrado. Um marco nessa conferência foi à aprovação da Agenda 21. Esta agenda é composta por um documento com propostas de ações para o meio ambiente e o desenvolvimento do século XXI.

Como complemento dessa agenda se criou a “Nossa Agenda” pelos países da América Latina e do Caribe e, a “Agenda Local”, criada pelos governos locais. Todos esses documentos se mostraram importantes, tanto para a Educação Ambiental, como para as ações educativas em geral. Como resultado da ECO/92, foram elaborados tratados dentre eles o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.

No Brasil, a Educação Ambiental aparece em pauta no ano de 1981, sendo integrada na Lei 6.938, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente em seu Art. 2º, afirmando que a Educação Ambiental deve se direcionar a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, com o objetivo de capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente. Em 1997, foram elaborados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS), pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) onde o meio ambiente é incluído como tema transversal. A Educação Ambiental, tratada como tema transversal, será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente (RODRIGUES, 2009, p. 14). Sem dúvida a inclusão do referido tema como transversal nos Parâmetros Curriculares Nacionais se apresenta como um marco no que tange à Educação Ambiental no Brasil, entretanto esta se volta especificamente para o ensino formal, realizado nas instituições de ensino regular.

Apenas em 1999, através da Lei 9.795 de 27 de abril, quando se institui a Política Nacional de Educação Ambiental, que dispõe sobre o conceito de educação ambiental, englobando aspectos teóricos, práticos e de sustentabilidade. Em seu artigo



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

1º esta lei afirma que a educação ambiental compreende os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, necessário para uma boa qualidade de vida e sua sustentabilidade. E no seu Art. 2º a Educação Ambiental é vista como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Essa educação chamada de informal é segundo o Art.13 desta lei, as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e à sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente. Sobre isto, o Poder Público deverá ser um incentivador. Então, cabe ao Estado viabilizar e apoiar a Educação Ambiental.

Nesse contexto, logo após a criação da Política Nacional de Educação Ambiental foi criada dentro Ministério da Educação (MEC), a Coordenação Geral de Educação Ambiental e no Ministério do Meio Ambiente (MMA), foi constituída a Diretoria de Educação Ambiental como instâncias de execução da Política Nacional de Meio Ambiente (PNEA). Assim, a Educação Ambiental se consolida como política pública brasileira à medida que aparece como estratégia de incremento da educação por meio do MEC e como propulsora da defesa dos recursos naturais por meio da educação no MMA. Esse dois Ministérios tem desenvolvido diversas ações.

O MEC e o MMA em seus respectivos setores de educação ambiental, pautados pelo ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental - estão implantando programas e projetos junto às redes públicas de ensino, unidades de conservação, prefeituras municipais, empresas, sindicatos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, consórcios e comitês de bacia hidrográfica, assentamentos de reforma agrária, dentre outros parceiros (SORRENTINO *et al*, 2005, p.290).



Nesse sentido, esses dois ministérios juntos, têm incentivado programas que contemplem as duas áreas, a educação e o meio ambiente, possibilitando a formação de educadores ambientais, e estes devem agir viabilizando o processo didático e metodológico voltado para a disseminação da referida modalidade educativa. Assim, é possível notar no Brasil, em suas políticas, a relevância direcionada para a Educação Ambiental, onde diversos programas são construídos objetivando a implementação dessa educação, como podemos citar os Municípios Educadores Sustentáveis e ainda a Formação de Educadores Ambientais (SORRENTINO *et al* (2005, p. 291).

Esses programas são exemplos de como a Educação Ambiental pode ser inserida no cotidiano dos indivíduos, no entanto, e isso já foi anteriormente explorado, o conhecimento se efetiva teoricamente no ambiente escolar e sabemos que a responsabilidade pelo ensino escolar se dá pelo poder público.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO GOVERNO MUNICIPAL DE CAICÓ

Em Caicó, cidade situada no interior do Rio Grande do Norte, com uma população de sessenta e seis mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2012 e tendo o quarto maior Índice de Desenvolvimento Humano do estado, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2013. Na referida cidade o órgão público responsável pelo gerenciamento dos recursos naturais, bem como pelas ações relacionadas ao meio ambiente, é a Secretaria de Meio Ambiente. Esta secretaria tem financiamento e apoio da Prefeitura Municipal de Caicó.

Procuramos a secretaria na busca de informações sobre as ações desenvolvidas pelo referido órgão e o atual Secretário, Nagib Libânio juntamente com o Secretário Adjunto Emmanuel Sabino nos receberam e forneceram material suficiente para a consolidação desse trabalho.

Segundo os senhores citados a Secretaria de Meio Ambiente vem desenvolvendo atividades que envolvem três esferas, a escola, a sociedade e a universidade, tendo em vista que, parte do corpo de funcionários da Secretaria são estagiários do curso de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Dentre as ações que foram desenvolvidas, podemos citar a Semana de Conscientização Ecológica de Caicó de 2014 realizada nos dias 01/07 de junho no Complexo da Ilha de Sant'Ana. Esse evento teve a participação das escolas públicas da cidade, da UFRN e da sociedade em geral, onde foram desenvolvidas atividades de sensibilização ambiental, exposição de exemplos de flora e fauna da região, artigos produzidos pela reciclagem, palestras e dinâmicas sobre a questão ambiental atual. As figuras 01 e 02 demonstram alguns momentos do evento.

Figuras 01: Semana de Conscientização Ecológica de Caicó.



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente, 2014.

Figuras 02: Semana de Conscientização Ecológica de Caicó.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente, 2014.

Em abril de 2014 a Secretaria Municipal de Meio Ambiente realizou um estudo aéreo do Açude Recreio pois este foi escolhido para a criação de uma Unidade de Conservação, neste estudo a Secretaria avaliou a cobertura vegetal e as áreas degradadas, traçando planos de mitigação dos problemas identificados mostrando a população toda a riqueza natural do açude que faz parte do patrimônio da cidade.

Esse trabalho se deu em decorrência da importância desse açude para a cidade e mesmo assim, este se encontra em estado de depredação e poluição quase total, e a população não mais usufrui dos benefícios desse reservatório, bem como se tornou um problema de saúde pública.

Nesse mesmo local a Sec. Municipal do Meio Ambiente juntamente com os grupos de Escoteiros Caiacós e Valle Sobrinho iniciaram o projeto “Recuperação de Áreas Degradadas”, também no referido mês de abril com o plantio de mudas nativas, o objetivo dessa ação foi de sensibilizar tanto os jovens quanto os moradores do entorno do açude. A figura 03 evidencia as crianças fazendo o plantio das espécies Craibeira (*Tabebuia aurea*) e Mulungu (*Erythrina mulungu*).

Figura 03: Plantio de mudas no Açude Recreio.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente, 2014.

Ainda foi realizado um curso de capacitação para podadores da cidade de Caicó no mês de março de 2013, denominado 1ª Capacitação Ambiental para Podadores de Caicó, tendo como objetivo adequar e padronizar os procedimentos de poda e retirada de árvores na Zona Urbana do Município. O curso se direcionou para os funcionários da Secretaria e para os podadores autônomos. Outra atividade executada pelo referido órgão em setembro de 2013, foi o mapeamento da cobertura vegetal da cidade de Caicó. Esse projeto quantifica e identifica a vegetação da cidade de Caicó, avaliando possíveis problemas. A figura 04 evidencia o trabalho citado.

Figura 04: Mapeamento da cobertura vegetal de Caicó



Fonte: Secretaria de Meio Ambiente, 2013.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

O objetivo final deste trabalho segundo o Secretário Adjunto, Emmanuel Sabino foi: “apresentar os resultados preliminares desse levantamento, descrevendo os dados da área, que abrange as ruas e vias de cada bairro, dessa forma ajudando no planejamento de podas por bairros e dando mais agilidade e qualidade nos serviços para população”.

De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente, esses foram alguns dos principais eventos realizados, mais, diversas outras ações são desenvolvidas como Poda das Árvores, ajuda na coleta e apreensão de animais silvestres, coleta dos resíduos sólidos e podemos ainda citar: reuniões para a criação de Unidades de Conservação em Caicó; atividades de campo para escolha dos locais que serão sede dessas Unidades de Conservação; Projeto do Dia da Árvore intitulado “Educação Ambiental Verde” que teve como objetivo conscientizar a população para doarem plantas de jardim para serem plantadas no espaço da Ilha de Santana; participação em eventos como a 4ª Conferência Nacional de Meio Ambiente em julho de 2013; incentivo aos estagiários para participarem de eventos que valorizam sua atuação representando a Secretaria de Meio Ambiente, homenagem ao Dia do Geógrafo e a Semana de Meio Ambiente em 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim da última grande Guerra Mundial, a humanidade tomou conhecimento de que os recursos naturais não eram infinitos e que o uso feito pela sociedade poderia na verdade acarretar em seu desgaste e até mesmo extinção. Com o surgimento dessa revolução voltada para a conscientização ambiental, passou-se a refletir acerca do preço a ser pago em busca pelo chamado desenvolvimento.

A tecnologia se intensificou mais rapidamente a partir início do século XX e a industrialização baseada no modelo fordista de produção passou a necessitar de mais espaço para multiplicar sua produção. O modo de produção capitalista, que explora os recursos naturais, afeta o meio ambiente de tal maneira que os danos podem ser irreversíveis. Atrelado a esse avanço nas ciências, a busca pela geração de riquezas e crescimento econômico tão visado por diversas nações, o meio ambiente passou a sofrer



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

os efeitos perversos dessa era tecnológica. No entanto, é fato que já não se pode retroceder dos avanços gerados, pois a sociedade necessita de todos os meios disponíveis atualmente, então a questão que se apresenta é: como poderemos sobreviver diante de tal situação?

A resposta já foi exposta por inúmeros estudiosos, em conferências e publicações renomadas, só existe uma possibilidade, e esta seria reconhecer que os recursos naturais são finitos e que uma mudança de atitude se faz em caráter de urgência. Para que uma modificação possa acontecer é preciso focar na educação, pois só através desse meio, será possível um comportamento diferenciado por parte dos indivíduos.

Sabemos que a Educação Ambiental deve estar em todos os espaços de formação do indivíduo, em família, na escola e nos ambientes de socialização e o poder público é o responsável em oferecer essa modalidade educativa, tendo em vista, a sua importância no contexto vivenciado atualmente.

No que concerne à Caicó, é perceptível que o poder público através da Secretaria de Meio Ambiente Municipal tem realizado diversas ações voltadas para grupos variados, desde os indivíduos em idade escolar, passando pelos universitários e atingindo também a sociedade caicoense por meio dos podadores. Tem realizado também atividades de sensibilização ao executar projetos de recuperação de áreas como o caso do Açude Recreio e ainda a luta pela criação de Unidades de Conservação.

Toda via diante da situação observada na cidade, como: desperdício de água, construções em áreas irregulares, reservatórios de água levados a quase escassez total, lixo exposto em áreas abertas, falta de arborização nos bairros e animais abandonados e doentes nas ruas. Esses apontamentos revelam que é necessária uma ação mais focada realmente no ensino regular com discussões acerca de temas próximos ao cotidiano dos alunos, faltam atividades dentro da escola, o poder público deve estar presente no cotidiano do ensino letivo. Sabemos no entanto que na referida secretaria não existe ainda um técnico especializado na área ambiental, isso dificulta a intensidade das ações realizadas.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Sob nosso olhar, acreditamos que o referido órgão pode elaborar periodicamente estudos de caso, para analisar de fato a realidade local, elencando quais os problemas existentes e em quais áreas são mais urgentes. E a partir disso traçar um roteiro de metas a serem alcançadas na execução de uma Educação Ambiental igualitária, justa e eficiente. Poderiam ser realizadas capacitações para os docentes da rede municipal, incentivo a tarefas realizadas entre pais e alunos tendo como temática o meio ambiente. Ainda poderiam ocorrer atividades bimestrais como gincanas, palestras e debates sobre os problemas ambientais da cidade.

Nesse contexto acreditamos que as ações devem ser contínuas, quer dizer, aquilo que foi produzido nessa gestão não deverá ser esquecido pela gestão futura, e sim continuada naquilo que funcionou.

Por fim para aqueles que ainda irão se debruçar sobre essa temática em Caicó espero que este estudo sirva para suscitar novas discussões, levantar novas teorias e produzir mais trabalhos sobre a Educação Ambiental pois ainda são muito poucos, e que essas reflexões possam colaborar para uma cidade mais consciente de suas ações por meio de uma sociedade mais engajada nas discussões ambientais e voltada para a preservação do meio ambiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DIB-FERREIRA, D. R. **A Pedagogia de Projetos e a Educação Ambiental na Escola - Uma experiência.** Revista Ambiente e Educação, Rio Grande do Sul, v.7, 105-114, 2002.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas.** 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000.
- GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2008.
- GUIMARÃES, Mauro. **A Dimensão Ambiental na Educação.** São Paulo: Papirus, 1995.



II CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

JACOBI, P. Educação **Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade**. Cadernos de NUNES, T. S; SILVA, M. B. Utilização do lúdico no ensino de educação ambiental: proposta de uma sequência didática. In **Linguagem Acadêmica**, n. 2, v. 1 – julho/dezembro, p. 65 – 81, 2011.

QUINTAS, J. S. **Curso de Capacitação dos Agentes Ambientais Voluntários**. Brasília; IBAMA, 2009.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Política Nacional do Meio Ambiente. 1981.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999**. Política Nacional de Educação Ambiental. 1999.

RODRIGUES, B. R. L. A Evolução da Educação Ambiental na Sociedade. In; SEABRA, G. **Educação Ambiental no Mundo Globalizado**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2011. CUNHA, S. B; GUERRA, A. J. T. (Org.). **A Questão Ambiental: diferentes abordagens**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007.

SEABRA, G. F. MENDONÇA, I. T. L. (Org.). **Educação Ambiental para a Sociedade Sustentável e Saúde Global**. 3. ed. Cidade: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SANCHES, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.

SORRENTINO, M. et al. **Educação Ambiental como Política Pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.